

RECURSO ADMINISTRATIVO

À COMISSÃO DE SELEÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FMC Nº 003/2026

PROPONENTE: INSTITUTO ODEON

OBJETO: Realização das 17ª e 18ª Edições do Festival Internacional de Teatro, Palco & Rua de Belo Horizonte - FIT BH

INSTITUTO ODEON, Organização da Sociedade Civil inscrita no CNPJ sob o nº 02.612.590/0001-39, por seu representante legal, Carlos Antônio da Silva Gradim, vem, tempestivamente, perante esta Comissão, com fundamento nos subitens 9.2 e 11.12 do Edital, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o resultado preliminar de avaliação da etapa competitiva, em face das razões de fato e de direito adiante aduzidas.

Da Tempestividade e Admissibilidade

Menciona o instrumento convocatório, especificamente em seus subitens 6.1.6 e 9.2, que o prazo para a apresentação de recurso contra o resultado da etapa competitiva do processo de seleção é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação das decisões no Diário Oficial do Município (DOM) e no Portal da Transparência. Desse modo, o presente protocolo atende estritamente ao interstício legal fixado pelo certame, restando plenamente configurada a sua tempestividade.

Ademais, em estrito cumprimento às exigências formais contidas no subitem 9.3 do Edital, as razões recursais são apresentadas em arquivo de formato não editável e protocoladas por meio do endereço eletrônico oficial da Comissão de Seleção, assegurando a regularidade do canal de comunicação eleito.

Pautando-se nos princípios constitucionais da legalidade, da eficiência, da ampla defesa e do contraditório, bem como no princípio do formalismo moderado, o qual orienta que as formas processuais não devem ser tratadas como um fim em si mesmas, mas como instrumentos para o alcance da verdade material e do interesse público, a Organização

saca o legítimo direito de requerer a revisão das notas atribuídas à sua proposta técnica, conforme os fundamentos a seguir delineados.

1. Do Critério: Apresentação da Proposta

A proposta foi estruturada seguindo rigorosamente a sequência de campos do formulário oficial, iniciando pelos dados cadastrais, histórico institucional de quase três décadas, justificativa da proposição e descrição detalhada do objeto. Esclarece-se que a extensão dedicada à etapa preparatória de 2026 cumpre uma função metodológica descrita no projeto: servir como base de escuta, investigação diagnóstica por meio de formulários virtuais e mobilização territorial. Essa fase preliminar foi desenhada para subsidiar e qualificar o planejamento das mostras principais, mantendo uma linha de coesão e continuidade entre as ações descritas.

É importante destacar que o Instituto optou por uma apresentação mais conceitual e processual, não decorreu de ausência de organização, mas de uma escolha metodológica vinculada à natureza do próprio objeto: a realização de duas edições futuras do FIT BH, em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, curadoria, Comitê de Salvaguarda, artistas, grupos, coletivos, públicos, técnicos, produtores e demais agentes da cidade.

Nesse sentido, a proposta não buscou enrijecer previamente uma única visão de festival, tampouco impor uma leitura unilateral sobre a política pública. Ao contrário, apresentou caminhos, diretrizes e possibilidades de construção, reconhecendo que um festival público dessa dimensão deve equilibrar os desejos, repertórios e capacidades da OSC com as prioridades identificadas pelo Município, pela política pública de cultura, pela escuta social e pelas instâncias de governança artística e institucional.

Cumpram ainda ponderar que a avaliação da apresentação de uma proposta cultural pública não deve se limitar à aferição de sua aderência a um único modelo de escrita técnico-burocrática, sobretudo quando o edital não estabeleceu roteiro rígido, formulário fechado ou convenção textual específica cuja inobservância implicasse perda substancial de pontuação. Evidentemente, reconhece-se que a organização formal de um documento pode facilitar a leitura da Comissão, assim como o uso de quadros, remissões internas, sínteses e tópicos pode contribuir para a localização mais imediata das informações.

A proposta apresentada pelo Instituto Odeon buscou justamente esse equilíbrio: responder às exigências do chamamento público sem reduzir o FIT BH a um plano fechado, unilateral ou previamente cristalizado. A OSC optou por apresentar uma arquitetura conceitual e metodológica aberta à pactuação com a FMC/SMC, com a curadoria, com o Comitê de Salvaguarda e com a cidade, considerando que o próprio edital prevê etapas de escuta, seleção conjunta da curadoria, alinhamento institucional e definição posterior de aspectos centrais da programação.

O festival estrutura-se em torno de quatro eixos conceituais (Encontro, Arquivo, Transformação e Futuro) que não foram apresentados como divagações abstratas, mas como matriz de organização das ações formativas, reflexivas, territoriais, curatoriais e de mobilização. Ao afirmar que a etapa preparatória “não será tratada como fase administrativa ou bastidor técnico do Festival, mas como seu início público”, a proposta evidencia uma escolha consciente de metodologia: construir o Festival como processo público, e não apenas como entrega final de programação. Essa abertura textual deve ser compreendida como prudência institucional, e não como indefinição.

Assim, requer-se a reconsideração da pontuação atribuída, uma vez que a proposta apresentada possui estrutura textual, encadeamento lógico, fundamentação conceitual e organização interna compatível com a complexidade do objeto do chamamento. A proposta foi organizada conforme o modelo do Anexo II, contemplando histórico da OSC, justificativa da proposição, objeto, descrição da proposta, metodologia, programação, planejamento, orçamento e demais elementos exigidos.

Portanto, penalizar a proposta sob alegação de complexidade na leitura, acreditamos, ser um formalismo excessivo, visto que todas as informações estruturais do projeto estão plenamente acessíveis no documento de forma integrada.

2. Do Critério: Planejamento Geral do Evento

No critério “Planejamento geral do evento” a Comissão reconheceu que a proposta apresentada pelo Instituto Odeon se embasa em argumentos consistentes, alinhados à política, ao plano, aos programas e às ações, além de demonstrar aderência ao histórico do Festival. Ainda assim, atribuiu nota parcial sob o argumento de que não teria sido possível realizar uma análise suficiente do planejamento de produção, comunicação,

mobilização e de outros elementos relacionados à execução das atividades, especialmente a partir de 2027.

A proposta abrange o ciclo completo de desenvolvimento integrado do FIT BH, englobando formalmente a 17ª e a 18ª edições de forma continuada. O projeto detalha ações logísticas e locais de realização estruturantes, como a ocupação do Teatro Francisco Nunes, Teatro Marília, Teatro Raul Belém Machado e Galpão Cine Horto. Também localiza as atividades de convivência e reflexão no Teatro Espanca, na sede da Família de Rua e no Largo do Teatro Francisco Nunes. Pontua-se que o planejamento operacional pós-2027 encontra-se descrito por meio de eixos integrados de difusão e produção, detalhando o funcionamento da Rodada de Negócios (Plataforma FIT Conexões), o circuito do Ponto de Encontro fixo e itinerante, o estúdio aberto para o Podcast FIT e a dinâmica de acolhimento da Cozinha Pública FIT.

É importante considerar o contexto concreto de elaboração da proposta. Tratava-se de formular, em prazo reduzido, o planejamento de uma política pública de alta complexidade, vinculada a um Termo de Colaboração com vigência prevista de 36 meses, abrangendo duas edições do FIT BH em diferentes exercícios orçamentários, com programação local, mineira, nacional e internacional, além de ações formativas, reflexivas, territoriais, comunicacionais, logísticas e de acessibilidade.

A OSC optou por formular uma proposta capaz de orientar a execução, sem pretender substituir, de antemão, as decisões que dependem da curadoria, da FMC/SMC, do diálogo com o Comitê de Salvaguarda, da escuta pública, das condições orçamentárias e das pactuações institucionais futuras.

O planejamento geral foi construído a partir de uma lógica de cooperação: em vez de apresentar um desenho fechado, a proposta organizou campos de ação, caminhos metodológicos e frentes de trabalho a serem desenvolvidas em diálogo com o poder público e com a cidade. Essa escolha decorre do compromisso da OSC com a dimensão pública do Festival, e não de ausência de planejamento.

No campo da execução, a proposta apresentou frentes concretas de realização, como reunião pública, composição da curadoria, pesquisa diagnóstica, ações formativas e reflexivas, cadastramento ou chamamento de espetáculos, Ponto de Encontro, ações de convivência, estratégias de mobilização nas dez regionais, comunicação acessível, articulação com espaços e equipamentos culturais, captação de recursos complementares,

programação artística e mecanismos de registro, monitoramento e avaliação. Também foram indicadas metas, resultados esperados, ações, documentos de verificação e períodos de execução, demonstrando que havia uma estrutura de acompanhamento e comprovação das entregas.

A própria natureza do FIT BH recomenda que determinadas decisões permaneçam abertas até a constituição da curadoria, a escuta do setor, o alinhamento com a FMC/SMC e a verificação das condições técnicas, logísticas e financeiras. Fixar previamente todos os espaços, formatos, nomes, parcerias e arranjos operacionais poderia fragilizar a construção coletiva do Festival, reduzindo a participação social e a governança pública previstas no edital.

Assim, requer-se que a Comissão reconsidere a pontuação atribuída ao critério “Planejamento geral do evento”, reconhecendo que a proposta apresentou planejamento compatível com a escala, a duração, a complexidade e o caráter cooperativo do objeto.

3. Do critério: Estratégias de Produção e Operação

A Comissão atribuiu nota parcial à proposta, reconhecendo maior detalhamento da etapa preparatória, mas apontando insuficiência de informações relativas à infraestrutura necessária, à logística e à compreensão da finalidade de alguns itens e valores.

No que concerne à observação de que o restante do projeto demandaria maior detalhamento sobre a infraestrutura e as demandas logísticas, a organização estende esclarecimentos factuais, demonstrando que tais elementos encontram-se estruturados de forma integrada entre o plano descritivo e a planilha orçamentária.

A viabilidade operacional e a infraestrutura do Festival foram planejadas a partir de bases realistas e localizadas na cidade de Belo Horizonte, prevendo-se o uso de espaços culturais centrais e descentralizados de referência, tais como o Teatro Francisco Nunes, o Teatro Marília, o Teatro Raul Belém Machado e o Galpão Cine Horto, complementados pelo circuito da Zona Cultural Praça da Estação por meio do Teatro Espanca e a sede da Família de Rua. Para operacionalizar a complexidade logística dessas ocupações e dar clareza à finalidade dos investimentos, a organização dimensionou na previsão de despesas uma estrutura técnica e humana robusta e especializada, com funções claramente delineadas:

- Logística de Pessoal e Fluxos: Garantida pelas rubricas de Coordenação de Logística, Coordenação de Palco (3 profissionais) e Coordenação de Eventos de Rua (3 profissionais), além da contratação direta de 100 diárias de técnicos operacionais e 80 diárias de carregadores para a movimentação de estruturas.
- Infraestrutura Técnica de Palco e Rua: lastreada em dotações específicas e compatíveis com o mercado para o fornecimento de "Equipamento de Som - Estrutura" (R\$105.000,00) e "Equipamento de Luz - Estrutura" (R\$ 108.000,00).
- Logística de Estruturas Provisórias: Devidamente equacionada na linha de "Locação de estruturas para evento", especificando o suprimento de itens essenciais como geradores, gradis, tendas, mobiliário e banheiros químicos (R\$ 20.000,00).
- Logística de Deslocamento e Carga: detalhada de forma autônoma por meio das rubricas de "Transporte de Material" (R\$ 50.000,00) e "Locação de Veículo para transporte local e serviços de táxi" durante os dias de realização (R\$ 45.000,00).

Verifica-se, portanto, que a finalidade de cada item orçamentário e a estratégia de infraestrutura não foram omitidas, mas sim traduzidas em dados quantificáveis e técnicos na planilha de custos, assegurando a exequibilidade integral do festival.

Para além disso, a experiência institucional apresentada na proposta é elemento técnico relevante para a avaliação das estratégias de produção. O Instituto Odeon realizou as duas últimas edições do FIT BH e, na 16ª edição, o Festival reuniu 71 eventos, ocupou 22 espaços públicos e privados e mobilizou 192 artistas e 435 profissionais da cultura. A proposta declara que o Instituto conhece os fluxos de planejamento, contratação, comunicação, mobilização, acessibilidade, documentação, pesquisa, produção de indicadores e prestação de contas necessários à realização de um festival público, descentralizado, plural e de grande visibilidade. Essa afirmação é evidência derivada da própria execução das edições anteriores em parceria com a FMC, e não declaração genérica de capacidade.

A memória institucional construída nessas edições compõe o repertório da organização: seus procedimentos, aprendizados, redes, parâmetros de risco, compreensão dos fluxos administrativos, técnicos, territoriais e curatoriais, além de sua capacidade de prever pontos críticos da execução. Essa dimensão integra a estratégia de produção e operação proposta e dialoga diretamente com o conceito estruturante do projeto, que compreende legado não apenas como tema artístico, mas como metodologia de trabalho.

Reforça-se que a proposta e a intenção do Instituto foram apresentar frentes operacionais objetivas: residência preparatória, ações formativas e reflexivas, cadastramento ou chamamento de espetáculos locais, mobilização nas dez regionais, Ponto de Encontro, Podcast FIT, Cozinha Pública, rodada de negócios e ações de acessibilidade e ambiente seguro. Esclarece-se que a Cozinha Pública foi pensada como uma diretriz conceitual, cuja execução prática e escala estão condicionadas à obtenção de parcerias estratégicas com iniciativas locais e à captação de recursos complementares e apoios extraordinários. Trata-se de uma modelagem flexível de sustentabilidade que visa o aproveitamento de infraestruturas preexistentes no território, não onerando os recursos ordinários previstos na planilha orçamentária do Festival.

Essas frentes correspondem a unidades de produção que demandam equipe, logística, contratação, comunicação, registro, acompanhamento e prestação de contas. Também indicou que o FIT BH deverá dialogar com teatros públicos municipais, equipamentos da Fundação Municipal de Cultura, espaços independentes, grupos, centros culturais, escolas, universidades, coletivos comunitários e redes de mobilização. Trata-se de uma estratégia de operação distribuída, adequada à vocação descentralizada do Festival.

Claro que determinados elementos poderiam ter sido reunidos em quadro específico de necessidades de infraestrutura. Contudo, tal aspecto diz respeito à forma de apresentação do detalhamento, e não à inexistência de estratégias de produção e operação. Os elementos estavam presentes na proposta e demonstravam uma lógica de execução baseada em experiência anterior, articulação territorial, pactuação institucional e compromisso com a viabilidade.

Requer-se a reconsideração da pontuação atribuída, pois a proposta apresentou estratégias de produção e operação compatíveis com o momento de elaboração, com a escala do objeto e com a natureza processual do Festival. O que se apresentou não foi ausência de planejamento operacional, mas um planejamento em nível adequado à etapa competitiva do chamamento, anterior à formalização do Termo de Colaboração, à composição da curadoria, à definição final dos espetáculos, à pactuação com a FMC/SMC e à confirmação dos espaços, fornecedores, parceiros e condições técnicas ao longo do Anexo II nas seções pertinentes.

4. Do critério: Qualificação da Equipe Técnica Principal

A presente proposta atendeu substancialmente ao planejamento e dimensionamento de sua equipe técnica principal, conforme se demonstra a partir do cruzamento de dados textuais e contábeis do projeto, aplicando-se ao caso o princípio do formalismo moderado para a revisão da nota zero atribuída.

Inicialmente, destaca-se que a própria Comissão de Seleção reconheceu formalmente em sua justificativa a "qualidade técnica dos currículos apresentados" e a devida previsão das despesas com os cargos de direção e coordenação na planilha orçamentária. Desse modo, não houve ausência absoluta do requisito; foi apresentada a capacidade técnica e a organização estrutural da equipe foram comprovadas no certame. Tornando essa distinção fundamental.

A nota zero pressupõe não atendimento do critério, ou seja, ausência de elementos mínimos que permitam qualquer avaliação. No caso, entretanto, a Comissão declara expressamente que analisou currículos e reconheceu sua qualidade técnica. Ainda que se compreenda a crítica quanto à forma de apresentação, a consequência avaliativa não poderia ser a desconsideração integral do item, mas a atribuição de pontuação compatível com o grau de atendimento identificado.

No que concerne à identificação nominal e à descrição de funções exigidas pelo Anexo I, esclarece-se que os profissionais fundamentais para a governança e execução do festival foram apontados explicitamente no corpo da proposta:

O profissional **Carlos Antônio da Silva Gradim** (Diretor-Geral e proponente) foi identificado nominalmente e teve sua trajetória artística e de gestão diretamente vinculada à condução das próximas edições do FIT BH. A profissional **Brisa Marques** foi nominalmente designada para a condução técnica e conceitual das ações reflexivas e do Podcast FIT. Esclarece-se que a indicação nominal de Brisa Marques cumpre uma diretriz conceitual de planejamento para eixos específicos do festival. A ausência de documentos como currículo e comprovações de atuação nesta fase competitiva preliminar justificam-se pela própria natureza da ação formativa e reflexiva, cujos arranjos de contratação final ocorrem de forma programada na etapa de execução da parceria, operando o nome mencionado nas páginas 18 e 20 da proposta (anexo II) como um parâmetro de qualificação técnica referencial e não como vinculação contratual definitiva e imediata.

Ademais, o planejamento de composição da equipe principal foi integralmente apresentado na Previsão de Despesas, detalhando os cargos essenciais de Diretor-Geral, Diretor Técnico, Assistente Técnico, Coordenador Pedagógico e Mobilização, Coordenador de Logística, Coordenador Financeiro, Coordenador de Comunicação e Coordenadores de Produção e Palco.

As respectivas atribuições e funções de trabalho de cada um desses cargos encontram-se descritas de forma prática e funcional no Item 8 da proposta ('Forma de Execução'). Ao longo das ações detalhadas nas tabelas de metas, as responsabilidades operacionais da Coordenação Artística, Curadoria, Coordenação de Comunicação e equipe de Gestão estão sistematicamente vinculadas a tarefas concretas, tais como a seleção de espetáculos, gerenciamento de fornecedores e treinamento de pessoal.

O edital reconhece que a indicação da equipe não gera obrigatoriedade de contratação dos nomes sugeridos, desde que seja mantido o padrão de qualificação dos profissionais indicados e o alinhamento com a proposta. Essa previsão demonstra que, na etapa competitiva, a equipe indicada possui natureza de planejamento técnico e comprovação de capacidade, e não de vinculação contratual definitiva. Trata-se de lógica coerente com projetos culturais de longa duração, nos quais a disponibilidade final de profissionais pode depender da data de assinatura do termo, do cronograma pactuado e das condições orçamentárias.

No caso do FIT BH, essa cautela é ainda mais necessária. A proposta envolve duas edições do Festival com vigência de 36 meses, composição de curadoria em momento posterior, pactuação com a FMC/SMC, escutas públicas e definições de programação, espaços e ações formativas.

A equipe principal não poderia ser tratada como estrutura inteiramente fechada antes da formalização da parceria, sob pena de desconsiderar a própria dinâmica de construção coletiva prevista para o Festival.

Portanto, a proposta cumpre o requisito de planejar e apresentar sua equipe de forma integrada. A atribuição de nota zero absoluto desconsidera a completude do documento e os currículos validados pela própria Comissão.

Diante disso, solicita-se a reconsideração do item para que a pontuação seja revista e restabelecida de forma proporcional.

5. Do critério: Plano de Comunicação e Divulgação

O Instituto Odeon manifesta sua concordância com a Comissão no que tange à relevância conferida às ferramentas de assessoria de imprensa, redes sociais e acessibilidade mapeadas na proposta. Com o intuito de suprir a necessidade de sistematização apontada, a organização esclarece que as estratégias de ampla difusão e envolvimento do festival encontram-se estruturadas e fundamentadas de maneira integrada em diferentes eixos do documento técnico, assim como entendimento da própria Comissão, reconhecendo que foi possível identificar, ao longo do documento, elementos pontuais sobre as estratégias de comunicação a serem adotadas. Contudo, entendeu que a ausência de um plano estruturado, que detalhasse e sistematizasse essas estratégias em seção própria, dificultou a avaliação do quesito.

A proposta apresentou elementos concretos de comunicação, divulgação, acessibilidade comunicacional, produção de conteúdo e articulação com públicos diversos. O ponto central não é a inexistência de estratégia comunicacional, mas a forma como esses conteúdos foram distribuídos no documento.

Longe de constituir um conjunto de menções pontuais, o planejamento de comunicação foi formalizado por meio das Metas de Execução nº 5 e 19, que preveem fases específicas para pesquisa de fornecedores, definição estratégica em parceria com a FMC, execução do plano e entrega de relatórios analíticos de site, clipping, mensuração qualitativa e quantitativa.

A proposta compreendeu a comunicação como parte da experiência pública do Festival, diretamente articulada à democratização do acesso. Ao longo do documento, foram indicadas estratégias digitais, presença em redes sociais, comunicação acessível com previsão de intérpretes de Libras e audiodescrição, articulação com públicos por meio do Podcast FIT (concebido como canal de comentário crítico e difusão pública com no mínimo 5 ações reflexivas gratuitas por edição), além de produção de materiais de imprensa, assessoria, clipping e relatórios de mídia. A figura de um gestor de comunicação como interface com a ASCOM-FMC/SMC também estava contemplada, em consonância com o que o próprio Anexo I indica como desejável.

No quadro de metas, constou expressamente a ação de elaborar e executar plano de comunicação e divulgação conforme as diretrizes do Anexo I do edital. Foram previstas tarefas de pesquisa de fornecedores, definição de estratégias em conjunto com a FMC, elaboração e execução do plano aprovado e compilação de resultados. Os documentos de verificação previstos incluíam plano final, relatório pós-evento, links de fotos e vídeos, peças gráficas, textos, releases, relatório de site, clipping e análise quantitativa e qualitativa. Tais elementos demonstram não apenas intenção, mas método de planejamento, execução e comprovação das ações comunicacionais.

É relevante observar que o edital prevê a aprovação prévia das ações de comunicação pela ASCOM-FMC/SMC. Assim, a proposta indicou corretamente que as estratégias seriam definidas e executadas em conjunto com a FMC, preservando o fluxo institucional de validação exigido. Essa opção não fragiliza o plano; ao contrário, demonstra respeito à governança pública da comunicação institucional e explica por que alguns elementos não poderiam ser unilateralmente fechados nesta etapa.

Do ponto de vista metodológico, a proposta sistematiza a difusão em três camadas complementares, com o escopo de sensibilizar novos públicos e garantir o engajamento local e nacional:

1. **Comunicação Territorial e Descentralizada:** Articulada diretamente com as dez regionais de Belo Horizonte, prevendo estratégias digitais e presenciais personalizadas, além da contratação de mobilizadores locais para atuar na recepção e mediação da programação.
2. **Ações Inovadoras de Engajamento:** Destaca-se a criação do *Podcast FIT*, estruturado em estúdio aberto ao público ao lado do Teatro Espanca, gerando conteúdos em tempo real para as redes, transmissões online e fomento à memória crítica do festival.
3. **Acessibilidade Comunicacional Metódica:** A linguagem acessível da proposta (Libras e audiodescrição) é amparada pela consultoria do módulo *Ambiente Seguro*, encarregada de orientar a metodologia e a recepção inclusiva de públicos neurodivergentes e PcD.

Por fim, o pleno embasamento e a exequibilidade deste quesito são demonstrados por meio do detalhamento rigoroso da planilha orçamentária, que discrimina recursos específicos e individualizados para subsidiar cada uma das frentes descritas: equipes

profissionais de coordenação e assistência, design de site e identidade visual, assessoria de imprensa, impulsionamentos digitais, coberturas de *social media*, veiculação em rádio, locução de *offs*, e ampla aplicação de mídia OOH por meio de outdoors, bancas de jornais e inserções em *backbuses*.

Reconhece-se que a proposta poderia ter apresentado um capítulo específico com maior concentração visual das ações, canais, públicos, peças, cronograma e responsabilidades. Contudo, a ausência desse formato concentrado não equivale à ausência de plano ou de estratégia. Os elementos exigidos estavam distribuídos no documento e no quadro de metas, com previsão de elaboração, validação, execução, registro e avaliação.

Contudo, diante da comprovação de que o plano de comunicação está tecnicamente dimensionado e estruturado na proposta, requer-se a revisão deste quesito com a consequente elevação da nota atribuída, já que a proposta demonstrou conteúdo suficiente para demonstrar estratégia comunicacional consistente, integrada à acessibilidade, governança da FMC e à formação de públicos.

6. Do critério: Plano de Mobilização

No que tange à ponderação sobre a necessidade de um detalhamento ainda maior de objetivos e metas no formato de plano, esclarece-se tecnicamente como esses elementos foram estruturados na proposta de forma sistêmica.

A análise deste item pode ser revista a partir dos próprios elementos reconhecidos pela Comissão. A proposta não tratou mobilização como simples convocação de público para atividades já definidas, mas como trabalho de vínculo: aproximação com territórios, escuta de comunidades, diálogo com equipamentos locais, ativação de redes culturais existentes e criação de condições para que diferentes públicos se reconheçam como parte do FIT BH.

A proposta indicou a constituição de um núcleo de mobilização com atuação nas dez regionais de Belo Horizonte, responsável por articular centros culturais, escolas livres, grupos comunitários, artistas locais, alunos e ex-alunos da Arena da Cultura, coletivos de juventude, redes de educação, equipamentos públicos e iniciativas culturais já existentes nos territórios. Seu papel foi descrito de forma objetiva: aproximar o Festival da população, criar estratégias de presença antes e durante a programação, estimular a

participação de novos públicos e fortalecer a relação entre o teatro e a vida cultural cotidiana da cidade.

A proposta vinculou ainda a mobilização territorial à comunicação acessível, às ações de mediação, à produção de materiais específicos por território e à construção de vínculos com escolas, coletivos, grupos culturais e comunidades. Essa articulação demonstra que a mobilização foi pensada de maneira integrada, combinando presença física, comunicação situada, formação de público e participação territorial.

Vale ressaltar que a presença artística nas dez regionais, prevista como uma das metas essenciais, cumpre também função de mobilização: leva o Festival aos territórios, ativa redes locais, aproxima moradores, comerciantes, escolas e coletivos, e contribui para que o FIT BH seja percebido como experiência pública distribuída pela cidade, não apenas evento concentrado em determinados espaços. Programar nas regionais e mobilizar públicos são dimensões que se potencializam mutuamente.

Os objetivos gerais e os públicos-alvo da mobilização encontram-se fundamentados textualmente no projeto, que prevê a atuação descentralizada nas dez regionais do município para conectar centros culturais, escolas livres, grupos comunitários, redes de educação e coletivos de juventude, com a finalidade clara de formar novas plateias e capilarizar o festival.

Para dar consistência prática a esses objetivos, a proposta converteu as diretrizes de mobilização em metas e ações operacionais mensuráveis e quantificadas ao longo do documento:

- **Meta de Circulação Territorial:** Fixou-se a realização obrigatória de no mínimo uma atividade artística em cada uma das dez regionais da capital, totalizando 10 espetáculos ou intervenções de rua focados no acesso de comunidades e públicos familiares.
- **Mecanismos de Engajamento Inovadores:** Detalhou-se a criação da "Moeda FIT - Ponto de Encontro" como ferramenta metodológica de incentivo à fruição cultural e permanência dos espectadores locais nos circuitos do evento.
- **Alocação de Recursos Humanos:** Previu-se na planilha de despesas a contratação e o custeio de ajuda de custo para 10 mobilizadores territoriais encarregados do diálogo direto com as lideranças locais.

Sob a ótica da sistematização no formato de plano exigida pelo edital, a organização optou por uma abordagem metodológica rigorosa: em vez de apresentar um plano estático e fechado na fase de inscrição, converteu a elaboração do plano de mobilização final em uma entrega formal do Termo de Colaboração. Conforme discriminado nas tabelas oficiais de metas (Meta nº 6 para a 17ª edição e Meta nº 20 para a 18ª edição), foi fixado um período cronológico estrito de execução (meses 1 a 6 e 22 a 28, respectivamente) para que as estratégias detalhadas de transporte, circulação e perfis de público sejam desenhadas, refinadas e aprovadas em conjunto com a equipe técnica da Fundação Municipal de Cultura.

A ressalva da Comissão quanto à possibilidade de maior detalhamento dos objetivos e metas pode ser compreendida como sugestão de aprimoramento para a etapa de Plano de Trabalho. No entanto, considerando o conteúdo efetivamente apresentado, a estratégia de mobilização possui territorialidade definida, públicos-alvo ampliados, redes de articulação identificadas e previsão de planejamento conjunto com a FMC, o que não permite classificá-la como genérica ou insuficiente.

Evidencia-se, assim, que as metas, as ações e os objetivos de mobilização não foram omitidos, encontrando-se plenamente dimensionados e programados de forma exequível na proposta técnica. Diante do exposto, solicita-se a revisão técnica deste item para a atribuição da pontuação integral.

7. Do critério: Planejamento de Cronograma de Trabalho

Neste critério, foi atribuída à proposta a nota 0 (zero), sob a justificativa de que a proposta não teria apresentado cronograma para as etapas de pré-produção, produção e pós-produção. Este é um dos pontos que mais demanda reanálise, pois a nota atribuída pressupõe ausência absoluta do requisito, quando havia, na proposta apresentada, elementos temporais, etapas de execução, metas, ações, documentos de verificação e períodos previstos de realização.

A questão central não é a inexistência de cronograma, mas a forma como o planejamento temporal foi apresentado. A proposta não reuniu todas as informações em um quadro sintético intitulado “cronograma de trabalho”, o que poderia ter facilitado a leitura. Contudo, o documento apresentou uma estrutura de execução distribuída em metas, ações

e períodos, especialmente na seção “Forma de Execução”, que indicava as tarefas previstas, os resultados esperados, os documentos de comprovação e os respectivos períodos de realização, mês a mês.

O próprio edital sugeriu uma “estrutura simples de cronograma, cujo modelo pode ser adaptado”, admitindo expressamente adaptações pelo proponente. Portanto, a ausência de reprodução literal do quadro sugerido não deveria ser equiparada à ausência integral de planejamento temporal, sobretudo quando a proposta continha referências expressas à organização das etapas de trabalho e apresentava períodos de execução associados às metas.

A proposta afirma que a forma de execução seria baseada em planejamento compartilhado e que as etapas de pré-produção, produção e pós-produção seriam organizadas por meio de cronograma de trabalho, definição de responsabilidades, contratação de equipe especializada, acompanhamento orçamentário, reuniões periódicas de alinhamento, elaboração de planos específicos, monitoramento de metas, sistematização de documentos de verificação, pesquisa de público e produção de relatórios técnicos.

Além disso, o quadro de metas da proposta não se limita a descrever intenções gerais: ele apresenta ações concretas, resultados esperados, documentos de verificação e períodos de execução. Há indicação de atividades preparatórias (reunião pública, composição de curadoria, pesquisa diagnóstica, elaboração de planos); atividades de produção (execução da programação artística, ações formativas e reflexivas, rodada de negócios, comunicação, acessibilidade, operação territorial); e atividades de pós-produção (pesquisa de público, relatório de comunicação, registros fotográficos e audiovisuais, vídeo-relatório e sistematização de resultados). Esse encadeamento corresponde, na prática, às três etapas de pré-produção, produção e pós-produção previstas pelo edital.

Assim, o Instituto Odeon solicita a revisão integral da nota zero atribuída a este critério de avaliação, demonstrando que o planejamento cronológico das etapas de pré-produção, produção e pós-produção foi apresentado em estrita conformidade com as instruções e com a arquitetura do formulário oficial (Anexo II) disponibilizado pela Administração Pública.

É imperioso destacar a nota de instrução fixada no próprio corpo do documento oficial, logo abaixo do quadro de metas, que rege as regras de preenchimento do plano:

"Nota: o preenchimento já realizado neste quadro visa orientar e ilustrar possibilidades aos proponentes. Ressalta-se que as metas que já constam preenchidas não podem ser suprimidas, porém o proponente é responsável por revisar e ajustar as demais colunas do quadro de acordo com a sua proposta..."

Em cumprimento rigoroso a essa determinação, a organização manteve a estrutura fixa das metas obrigatórias e utilizou a coluna **"Período de execução"** para dimensionar a exata temporalidade de suas ações. A proposta detalhou, de maneira textual e sequencial, os meses previstos para o início e a conclusão de cada uma das 27 ações ao longo de todo o ciclo da parceria:

Pré-Produção (17ª Edição): programada metodologicamente entre o **Mês 1 e o Mês 6**, organizando os prazos para contratação de curadoria, prospecção de parceiros e chamamentos públicos.

Produção e Mostra (17ª Edição): Delimitada especificamente no **Mês 6** para a execução concentrada das apresentações artísticas, ações formativas, reflexivas e rodada de negócios.

Pós-produção e avaliação (17ª Edição): fixada no **mês 6** para aplicação de pesquisas e entrega de relatórios.

Ciclo da 18ª Edição: Estruturado sequencialmente com prazos específicos para pós-evento (meses 7 a 9) , retomada de curadoria (meses 16 e 17) , comunicação (meses 22 a 28) e execução técnica (mês 29).

Portanto, a inserção cronológica na coluna indicada cumpre a obrigação editalícia de apresentar o planejamento do cronograma. Exigir um documento visual externo e apartado, quando a própria regra do preenchimento orientava o ajuste das colunas do quadro fixo, configuraria uma contradição com as instruções do certame.

Diante do fato de que a cronologia está detalhada no local correto e de acordo com as regras do edital, requer-se o afastamento da nota zero e a atribuição da pontuação integral no quesito. Afastando-se a conclusão de não atendimento do item e reconhecendo-se que a proposta apresentou estrutura temporal, etapas de execução, ações, períodos e documentos de verificação compatíveis com o objeto, ainda que em formato diverso daquele sugerido como referência pelo edital.

8. Do critério: de composição e definição da grade de programação

No que tange à percepção de que a abordagem para a 18ª edição demandaria maior explicitação sobre a continuidade ou a inovação de seus elementos conceituais, a organização apresenta os fundamentos factuais que estruturam a transição entre as duas edições. A proposta técnico-conceitual foi estruturada sob a premissa de um macrociclo integrado de desenvolvimento para o FIT BH, unificando as diretrizes das próximas edições sob o conceito central de 'transmissão como movimento' e os quatro eixos transversais: Encontro, Arquivo, Transformação e Futuro. Portanto, a 18ª edição compartilha da mesma base filosófica da 17ª, assegurando a identidade do festival ao longo do Termo de Colaboração.

Requer-se reanálise pontual da fundamentação adotada, pois a proposta não tratou as duas edições como mera reprodução de um mesmo desenho, mas como partes de um ciclo integrado de desenvolvimento do FIT BH. A 17ª edição teria papel inaugural no processo de escuta, mobilização, experimentação, curadoria compartilhada e reaproximação da cidade com o Festival, enquanto a 18ª edição incorporaria os aprendizados, indicadores, avaliações, escutas públicas e resultados obtidos anteriormente. Essa escolha metodológica não indica repetição, mas continuidade qualificada.

Todavia, longe de se configurar como uma repetição estática ou redundante da grade anterior, a proposta determina expressamente na página 21 que:

"A 18ª edição, prevista para o ciclo 2028/2029, dará continuidade ao processo iniciado na 17ª, incorporando aprendizados, avaliações, indicadores, escutas públicas e resultados obtidos na edição anterior. As duas edições serão compreendidas como partes de um mesmo ciclo de desenvolvimento institucional do FIT BH, permitindo o aprimoramento progressivo das metodologias de curadoria compartilhada..."

O mecanismo prático que viabilizará esse desdobramento conceitual e a introdução de novos elementos na edição de 2029 está detalhado no plano de avaliação do projeto. A proposta estabelece a aplicação de uma pesquisa de público abrangente durante a mostra de espetáculos e ações da 17ª edição, combinando métricas quantitativas (como o indicador Net Promoter Score - NPS) e escutas qualitativas com a classe artística, técnicos, PcD e comunidades.

O próprio edital prevê que o conceito do Festival dependerá da proposta da curadoria a ser contratada, podendo a OSC sugerir uma proposta conceitual mais ampla para discussão posterior entre Curadoria, FMC e OSC. Exigir, na etapa competitiva, que a proposta apresente uma diferenciação excessivamente fechada entre as duas edições poderia contrariar essa lógica de construção curatorial compartilhada. A 18ª edição foi compreendida como continuidade crítica da 17ª, e seu amadurecimento se daria justamente pela incorporação dos aprendizados do primeiro ciclo, qualificando metodologias de curadoria, mobilização territorial, acessibilidade, comunicação, formação de público, articulação nacional e internacional e sustentabilidade da cadeia produtiva.

Conforme estipulado textualmente na proposta, os relatórios e dados gerados por essa escuta ativa serão absorvidos para orientar os ajustes finos e a repactuação das metas artísticas e curatoriais da 18ª edição junto à FMC. Há, portanto, um encadeamento dinâmico planejado: a 17ª edição lança as bases conceituais investigativas e a 18ª expande e readequa o festival com base nas demandas reais diagnosticadas na cidade. Diante da comprovação de que a continuidade e o desdobramento conceitual progressivo entre as edições encontram-se explicitados na peça técnica, solicita-se o acolhimento deste esclarecimento para a atribuição da pontuação integral no quesito.

9. Do critério: Metodologia de captação de patrocínios, apoios, parcerias

A Comissão atribuiu nota parcial à proposta, apontando que, embora a OSC mencione a importância da captação de recursos complementares, não teria apresentado detalhamento suficiente de estratégias a serem adotadas para viabilização dessas ações, sendo este aspecto fundamental para a execução de atividades internacionais na programação.

Corroborando a visão de que a captação de recursos complementares é premissa indispensável para a sustentabilidade e a expansão das atividades internacionais do FIT BH. Com o objetivo de esclarecer o nível de detalhamento metodológico do projeto, a organização apresenta os elementos factuais que comprovam a existência de uma estratégia de captação estruturada, específica e exequível no corpo da proposta.

Foi apresentada a captação como dimensão complementar e responsável, especialmente voltada à ampliação da presença internacional, ao fortalecimento de parcerias

institucionais e à qualificação de ações que dependem de recursos adicionais. Ao fazer isso, a OSC não tratou a captação como promessa automática de receita, mas como campo de articulação sujeito à viabilidade orçamentária, técnica, logística, institucional e à pactuação com a FMC/SMC.

Em um festival público realizado em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, a captação não pode ser construída de forma isolada pela OSC antes da definição final da programação, da identidade da edição, dos espaços de realização, dos limites institucionais de exposição de marcas e das diretrizes públicas de comunicação. O desenho de cotas, contrapartidas e posicionamento de patrocinadores depende de informações que somente se consolidam após a seleção da proposta, a pactuação do Plano de Trabalho, a composição da curadoria e a validação institucional das estratégias. Firmar compromissos prévios em nome de um Festival ainda não adjudicado poderia gerar insegurança institucional e expectativas indevidas.

Ainda assim, a proposta indicou ações concretas: identificação e prospecção de possíveis parceiros com aprovação prévia junto à FMC; elaboração de projeto, proposta ou book de captação por parceiro; proposição de planos de reciprocidade; contato com empresas patrocinadoras ou apoiadoras; negociação de parcerias em conjunto com a FMC; elaboração ou inscrição de projetos em editais e leis de incentivo; e estudo do Programa Iberescena como oportunidade estratégica para a mobilização internacional. A proposta também previu expressamente a elaboração de um book de captação com histórico do Festival, conceito da edição, cotas e contrapartidas. Há, portanto, uma metodologia em etapas, e não apenas menção genérica à importância da captação.

A proposta também reconheceu que a busca por recursos complementares deveria ocorrer em regime de corresponsabilidade entre OSC, FMC/SMC, curadoria e parceiros estratégicos, destacando que a dimensão pública e internacional do FIT BH exige o envolvimento ativo do poder público na abertura de interlocuções com embaixadas, consulados, organismos internacionais e redes de festivais. Essa formulação não transfere a responsabilidade da OSC, mas reconhece uma realidade operacional concreta na captação para festivais públicos internacionais.

Longe de se limitar a proposições abstratas, a organização estabeleceu um plano de ação comercial focado no mercado cultural, prevendo as seguintes ferramentas e abordagens práticas:

1. **Instrumento Comercial Mapeado:** O projeto prevê a elaboração técnica de um *book* de captação e relacionamento institucional estruturado especificamente para o festival. O documento técnico detalha que este material não será genérico, contendo o histórico do Festival, o conceito da edição, a grade prevista, os dados de alcance de público, além da fixação objetiva de cotas de patrocínio, contrapartidas e planos de reciprocidade comercial.

2. **Canal de Fomento Internacional Específico:** Para subsidiar o intercâmbio artístico, a proposta selecionou e detalhou o direcionamento ao *Programa Iberescena*. A metodologia delimita, inclusive, as linhas de apoio que serão formalmente pleiteadas em articulação com os parceiros envolvidos: criação em residência, coprodução, programação de festivais e circulação de artes cênicas no espaço ibero-americano.

3. **Segmentação de Parceiros Institucionais:** A proposta delimita os nichos específicos para a prospecção de apoios e permutas logísticas, listando consulados, embaixadas, institutos internacionais, redes de festivais, programas de mobilidade e fundos de cooperação.

4. **Profissionais Especializados e Lastro Orçamentário:** A estratégia delineada na proposta foca em um plano de ação para a captação de recursos e parcerias, estruturado na elaboração técnica de materiais com dados de alcance e planos de reciprocidade comercial. O projeto prevê o mapeamento de nichos institucionais, como embaixadas e consulados, além de estratégias para as linhas de produção e circulação artística. Para viabilizar tais frentes, a planilha orçamentária contempla a contratação de profissionais especializados, com ênfase na função de Relacionamento Institucional para prospecção ativa e gestão de contrapartidas, atuando em conjunto com a Coordenação de Articulação Institucional e Comunicação Interna na mediação junto a órgãos públicos e representações diplomáticas.

Sob o aspecto operacional, a viabilização dessas frentes está amparada por um modelo de governança cooperativa estabelecido textualmente na página 22 da proposta: a OSC responsabiliza-se pela prospecção, redação e suporte operacional, enquanto a FMC e a

SMC participam ativamente na validação das agendas institucionais e na abertura de canais públicos de cooperação.

Por fim, a consistência metodológica confere caráter obrigatório a esta atividade, uma vez que ela foi formalizada na matriz do Plano de Trabalho por meio da Meta nº 4 (17ª edição) e Meta nº 18 (18ª edição). Ambas as metas discriminam tarefas com prazos de início e conclusão rígidos no cronograma (meses 1 a 4 e mês 1 a 29) , fixando como documentos de verificação a apresentação de e-mails de prospecção, propostas formalizadas, atas de reuniões e contratos de patrocínio ou apoio efetivados.

Demonstrado que a proposta apresenta instrumentos, metodologias e metas delineados e integrados para a captação de receitas complementares, solicita-se a reconsideração deste quesito com a consequente elevação da nota atribuída.

10. Do critério: Adequação da proposta ao orçamento da respectiva edição-coerência no que se refere ao planejamento financeiro

Foram apontadas inconsistências no parecer, entre a planilha de despesas e o conteúdo da proposta, ausência ou insuficiência de detalhamento em determinadas rubricas, divergências de valores, dúvidas sobre algumas funções e aparente subdimensionamento de itens específicos.

A) O projeto terá vigência total de 36 meses, abrangendo ciclos de alta complexidade administrativa que envolvem contratações internacionais, parcerias institucionais e relatórios técnicos contínuos. Esclarece-se que os itens de "Monitoramento e Prestação de Contas" e "Consultoria Técnica" previstos para 2026 são essenciais para estruturar a engenharia administrativa inicial da parceria, o que inclui a elaboração metodológica da pesquisa diagnóstica virtual e a parametrização dos sistemas de controle exigidos. Trata-se de investimento preventivo em governança para garantir a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos desde o primeiro mês de vigência. Cabe dizer que “monitoramento e prestação de contas” é essencial para contratação de prestador de serviços para execução das atividades de monitoramento, sistematização e prestação de contas do projeto, incluindo a elaboração de relatórios técnicos e gerenciais contendo o registro e a consolidação das atividades realizadas, acompanhamento e organização dos documentos comprobatórios qualitativos e quantitativos, controle e monitoramento do

cumprimento de metas e indicadores, sistematização de evidências de execução e apoio na preparação da documentação necessária para a prestação de contas. Da mesma forma, a “Consultoria Técnica” são profissionais especializados para prestação de serviços voltados à qualificação de temas e atividades desenvolvidas no Festival. Esta estratégia foi utilizada em edições anteriores, sendo contratados profissionais específicos para desenvolver as Estratégias de Acessibilidade e Consultoria da programação formativa.

Neste contexto, vislumbra-se a necessidade de qualificar, por exemplo, as Ações Pedagógicas, podendo ser contratada uma consultoria pedagógica para propor temas, estratégias e profissionais mais próximos dos objetivos desta edição do Festival. Da mesma forma, faz-se necessária a formação da equipe em Ambiente Seguro, diretriz estruturante voltada à qualificação da convivência, das relações saudáveis de trabalho, da mediação cultural e da prevenção ativa de violências simbólicas, discriminações, capacitismo, racismo, LGBTfobia e assédio moral, atuando de forma transversal e integrada aos recursos de acessibilidade necessários do Festival, para ampliar a capacidade de atuação e acolhimento pleno de pessoas com deficiência e públicos diversos.

B) Suposta falta de lastro financeiro para "Mapa Vivo do Teatro" e "Cartas para o Futuro": esclarecemos que as ações "Mapa Vivo do Teatro de Belo Horizonte" e "Cartas ao Futuro do FIT" foram concebidas como ações complementares e estratégicas vinculadas aos eixos conceituais "Arquivo" e "Futuro" da etapa preparatória do projeto "Projetando Legado – Arquivos do Futuro". A proposta deixa explícito, na própria redação na página 16 (anexo II), que tais iniciativas terão sua implementação condicionada à obtenção de recursos complementares, por meio de patrocínios, apoios institucionais, editais, programas de cooperação ou outras fontes de financiamento a serem articuladas durante a execução do projeto. Ainda, na página 16 da proposta original, deixa explícito que essas ações integram um conjunto de "desdobramentos da etapa preparatória" que "não são compreendidos como formatos fechados", mas como linhas conceituais "a serem desenvolvidas em diálogo institucional".

Portanto, não se trata de omissão ou falha no planejamento financeiro, mas de uma escolha metodológica deliberada e declarada na proposta: tais ações são apresentadas como diretrizes a serem detalhadas e dimensionadas financeiramente em fase de

execução, junto à FMC/SMC e à curadoria, e não como itens fechados a constar individualmente na planilha financeira no momento da submissão. Como estão diretamente ligadas ao tema central do projeto proposto, elas podem acontecer nesta fase preparatória ou ainda ao longo de 2027.

Na página 20, o Eixo 'Futuro em Construção' apresenta 6 mesas como estrutura conceitual de debate, e não as 6 contratações isoladas e obrigatórias de palestrantes remunerados. A própria proposta esclarece que a meta mínima de ações reflexivas exigida pelo edital (item 12 do quadro de metas, ao menos 5 ações) será cumprida pelo Podcast FIT, que "constituirá ciclo de, no mínimo, 5 ações reflexivas gratuitas por edição" com linhas orçamentárias próprias e específicas. As mesas do eixo Futuro, por sua vez, somam-se a essa meta de forma complementar, contando com participações de caráter institucional expressamente descritas como não geradoras de cachê individual, a exemplo da presença da Funarte, que "poderá ocorrer por meio de apresentação institucional".

Por essa razão, não foi prevista dotação orçamentária específica na planilha financeira apresentada, uma vez que tais ações não integram o conjunto de metas e entregas obrigatórias a serem executadas com os recursos ordinários da parceria. Sua inclusão na proposta tem caráter conceitual e prospectivo, visando apresentar possibilidades de ampliação e aprofundamento dos eixos curatoriais e formativos do Festival, condicionados à viabilidade financeira, técnica e institucional.

Caso haja captação de recursos complementares, a execução dessas ações será objeto de detalhamento metodológico, operacional e orçamentário específico, observadas as diretrizes da parceria e as aprovações institucionais cabíveis.

C) Custo do Ministrante da Oficina do eixo "Arquivo": O projeto cita nomes como Janaína Leite, Tetembua Dandara, Danielle Ávila Small e Márcio Abreu como referências possíveis a serem avaliadas pela curadoria para a condução da oficina de reencenação de arquivos. Esclarece-se que, por se tratar de uma ação em fase preparatória, apresentam-se diretrizes conceituais e possibilidades de desenvolvimento, deixando explícito na proposta que não se tratam de formatos fechados, mas de propostas a serem amadurecidas em regime de diálogo institucional e responsabilidade pública. Desse modo, a discriminação individualizada de futuros prestadores de serviços e o micro-dimensionamento de seus respectivos custos financeiros competem de forma regular à etapa subsequente de Diálogo Técnico para consolidação do Plano de Trabalho definitivo

junto à FMC/SMC, conforme disposto no certame pelos itens 15.2.2 e 15.3, assim não configurando omissão ou falha orçamentária nesta fase preliminar.

D) Seminário com 6 mesas e apenas 4 cachês para palestrantes: O texto descritivo do seminário detalha a composição de seis mesas de debate. Mesa 2 prevê a interlocução com gestores e representantes de festivais e instituições (FIT BH, Funarte, MITsp, etc.), e Mesa 4 estabelece uma apresentação institucional da Funarte sobre a Política Nacional das Artes.

Pontua-se que a compatibilidade orçamentária entre as 6 mesas planejadas e a previsão de despesas decorre de modelo metodológico e do formato de painéis, que combina de forma integrada a contratação de 4 vagas de “Palestrante do Seminário” destinadas as principais conferências e eixos, e 10 vagas de “Comentarista/mediador” na planilha orçamentária no ato preparatório. Com um total de 14 slots de remuneração por cachê devidamente previstos e lastreados no orçamento da proposta, é assegurado que as mesas e painéis remanescentes ocorram em formato de debates coletivos e mesas-redondas preenchidos pelos participantes.

O seminário poderá ter até 06 mesas; a ideia é que tenhamos participação de convidados sem ônus para o projeto, dos curadores que já estarão envolvidos no projeto e da própria equipe do FIT, que poderá contribuir na composição do seminário, além dos custos previstos de 04 participações externas.

Referente à planilha do 17º FIT BH (2027):

A) Valores menores para as atrações de rua: O texto do projeto delimita que a estratégia para as regionais priorizará trabalhos de "fácil implementação, baixo impacto técnico e boa capacidade de adaptação a espaços públicos, praças e parques, sem necessidade de iluminação cênica ou estruturas complexas". Esclarece-se que a diferenciação de valores (R\$5.000,00 por unidade) decorre de maneira direta desse perfil técnico-operacional simplificado, ágil e direto das atrações selecionadas. Por se tratar de intervenções de fácil implementação e tratativas urbanas, esses trabalhos demandam baixo impacto estrutural, reduzindo drasticamente os custos logísticos secundários de produção e assegurando a exequibilidade necessária para a capilarização do festival em todas as dez regionais da capital.

Além disso, é de interesse da Instituição realizar contratações locais além das estabelecidas nas metas editalícias. A ideia é que sejam selecionados espetáculos de menor complexidade, de artistas e/ou grupos que não estão ainda consolidados na cena teatral da cidade, que atuam nas regionais, para que possam se apresentar em outros pontos da cidade. Este processo se dará por seleção pública, seguindo a expertise já bem desenvolvida com o Circuito Municipal de Cultura, e pretende incluir na programação do Festival Internacional de Teatro novos atores/grupos que estão se formando na cidade.

Cumprе esclarecer ainda que esta programação proposta é além das metas estabelecidas no edital, ampliando a abrangência e trazendo novos olhares para a cena do teatro mineiro.

B) Suposta sobreposição de funções de coordenação, monitoramento e relacionamento: A planilha do festival orça funções especializadas de gestão e operação.

Sob a ótica da complexidade de um festival de grande porte, as atribuições são distintas e não se sobrepõem: A Coordenação de Articulação Institucional e Comunicação Interna foca no fluxo de informações da equipe interna e relacionamento político com a FMC/SMC. A coordenação institucional é responsável, portanto, pelo acompanhamento, interlocução e alinhamento técnico-institucional entre o Festival e os diversos atores envolvidos em sua realização, incluindo órgãos públicos, equipamentos culturais, instituições de ensino, coletivos, entidades culturais e demais agentes participantes. Sua atuação visa garantir a integração das ações, o cumprimento dos objetivos pactuados e a adequada articulação das atividades previstas no projeto, além de contribuir para a mobilização e articulação do público. O Relacionamento Institucional atua no mercado externo, gerenciando a entrega de contrapartidas a patrocinadores privados e captação de recursos complementares. Portanto, é responsável pela prospecção, interlocução e manutenção do relacionamento com potenciais patrocinadores, apoiadores e empresas incentivadoras, visando à captação de recursos complementares e ao fortalecimento das parcerias institucionais necessárias à ampliação das ações do Festival. O profissional atuará na construção de estratégias de relacionamento, apresentação institucional do projeto e articulação junto a potenciais investidores e parceiros estratégicos. Esta atividade é mais direcionada, com atuação em períodos estratégicos para prospecção e captação.

Embora ambas as funções atuem no campo institucional, possuem escopos distintos e complementares. A Coordenação de Articulação Institucional está voltada à gestão e

integração das relações institucionais necessárias à execução do projeto, enquanto o Relacionamento Institucional tem foco específico na prospecção e articulação com potenciais patrocinadores e parceiros estratégicos, visando à captação de recursos e ao fortalecimento da sustentabilidade financeira do Festival.

O Coordenador Financeiro gerencia o fluxo global de caixa e pagamentos da OSC, responsável pela gestão financeira e orçamentária do projeto, incluindo o acompanhamento da execução das rubricas aprovadas, controle orçamentário e financeiro, análise e validação da documentação para pagamento, acompanhamento do fluxo financeiro, elaboração e acompanhamento de readequações orçamentárias, interlocução com a contabilidade contratada e garantia da conformidade financeira e administrativa da execução do projeto. Enquanto o Analista de Monitoramento e Prestação de Contas atua na ponta da execução, reunindo e organizando os relatórios de comprovação e os documentos de verificação das 27 metas físicas do certame, suas atribuições incluem o controle do cumprimento de metas e indicadores, a organização dos documentos comprobatórios da execução, a consolidação de dados e a preparação das informações que serão encaminhadas ao profissional especializado contratado por meio da rubrica "Monitoramento e Prestação de Contas", responsável pela elaboração dos relatórios técnicos e gerenciais de monitoramento e prestação de contas do projeto.

Para além disso, no parecer houve equívoco de citação, em que menciona “Assistente Financeiro”. Não há previsão de Assistente Financeiro na proposta orçamentária; o que está previsto na proposta (páginas 37 e 43) é cargo de Assistente Administrativo, que tem por responsabilidade atuar em conjunto com as coordenações na rotina de contratações, especialmente com a Coordenação de Produção. Este profissional será o responsável por organizar processos de contratação dos artistas e prestadores de serviço, atuando diligentemente para que a documentação jurídico-fiscal esteja regular, que os contratos sejam executados nos prazos e que os pagamentos aconteçam com a devida regularidade. Fica demonstrado, portanto, um manifesto ao erro de apontamento por parte da Comissão de Seleção na análise da composição da equipe de trabalho.

C) Valores Discrepantes para a Locação do Ponto de Encontro: Explica-se que os valores apontados na planilha orçamentária são modulares e refletem escopos complementares de viabilização da atividade. A linha estrutural mensal de R\$ 20.000,00 refere-se à locação base, reserva e pré-produção estrutural do espaço como âncora fixa; quanto à linha de R\$800,00 por diária, cobre os custos de equipamentos de estrutura a serem

locados para o Ponto de Encontro. Portanto, trata-se de uma distinção técnica entre aporte de infraestrutura de suporte do espaço e o custeio de equipamentos.

D) Aluguel de apenas 1 teatro com valor baixo (R\$3.000,00): A proposta lista como espaços centrais de sua programação teatros públicos geridos pela municipalidade: Teatro Francisco Nunes, Teatro Marília e Teatro Raul Belém Machado. Esclarece-se que a infraestrutura central de salas de espetáculo do Festival será viabilizada sem custos de locação por meio da cessão e cooperação institucional dos teatros públicos municipais geridos pela própria Fundação Municipal de Cultura, que figuram como os espaços centrais e estruturantes da programação. Por conseguinte, a rubrica correspondente não configura subdimensionamento do circuito, destinando-se unicamente de forma preventiva a cobrir locações complementares em pautas independentes fora da rede municipal, como o Galpão Cine Horto, também nominalmente listado no projeto, ou a atender, excepcionalmente, a demandas cênicas específicas de algum espetáculo selecionado que exija um espaço alternativo. Trata-se de uma modelagem orçamentária otimizada e precisa que prioriza o fomento e a ocupação dos equipamentos públicos e reserva dotações cirúrgicas para a complementação pontual da grade técnica, garantindo a exequibilidade financeira da proposta.

E) Produtores com Valor Total Zerado (Erro de Leitura por Quebra de Página): A planilha orçamentária do projeto sofreu uma quebra física de página exatamente na descrição deste item. Demonstra-se que houve um equívoco material de leitura na análise preliminar. A linha "Produtores" está localizada na última linha da página 38, indicando a contratação de 15 profissionais ao valor unitário de R\$ 3.000,00. Em razão da formatação do documento, a célula correspondente ao valor total estimado de R\$ 45.000,00 foi deslocada e impressa no topo da página seguinte (página 39, primeira linha). Portanto, o item está devidamente orçado e calculado, não restando zerado.

F) Investimento em Backbus, Outdoors e Estruturas de Convivência: O ecossistema de divulgação engloba múltiplas mídias coordenadas, investimento em mídia exterior OOH para outdoors/bancas e para a contratação de 14 backbuses, atuando de forma integrada com verbas robustas de impulsionamento online, influenciadores e anúncios em rádio, garantindo a larga visibilidade das edições. Por sua vez, as estruturas necessárias para a montagem do Ponto de Encontro encontram-se lastreadas na planilha orçamentária, conforme explicado em momento anterior. Esclarece-se, ainda, que a realização da Cozinha Pública não onera os recursos ordinários da parceria, tendo sido pensada como

uma diretriz conceitual cuja execução prática está condicionada à obtenção de parcerias estratégicas e captação de recursos complementares, apoios e patrocínios privados. Esse modelo flexível garante o aproveitamento de infraestruturas preexistentes no território e vincula a realização da atividade ao êxito das metas de captação de recursos externos.

Referente à planilha do 18º FIT BH (2028):

A) Repetição da Planilha e Previsão de Ações Formativas (2 vs 4): O Termo de Colaboração foi desenhado para vigor por 36 meses como um ciclo integrado de planejamento de duas edições estáveis. Na planilha, as ações formativas e reflexivas encontram-se divididas em categorias.

A manutenção da base orçamentária para a 18ª edição justifica-se para garantir a previsibilidade financeira e a simetria operacional de um festival bienal oficial regulamentado por lei municipal. No tocante à exigência de 4 ações formativas por edição, a organização demonstra que o requisito foi integralmente cumprido na planilha de 2029: a meta pedagógica foi dividida em duas rubricas complementares para atender aos diferentes perfis metodológicos, prevendo-se 2 cachês na linha de *"Oficinas, workshops, cursos e residências"* e mais 2 cachês na linha de *"Palestras, bate-papos, ciclos de conversa..."*, totalizando as 4 ações regulamentares. Adicionalmente, a planilha prevê mais 2 cachês específicos para "Convidados Internacionais para Programação Educativa" (R\$ 9.000,00), expandindo a abrangência formativa do projeto para além do patamar mínimo exigido.

Explana-se que as atividades formativas podem existir em diversos formatos, desta forma, para a Edição de 2028 foram previstos:

02 cachês para palestras, bate-papos, ciclos de conversas, seminários ou similares;

02 cachês para oficinas, workshops, cursos e residências;

02 cachês para convidados internacionais.

Residência Artística (Mentoria, Ajuda de Custo, e demais rubricas de apoio)

A análise do planejamento financeiro deve partir do reconhecimento de que se trata de uma estimativa orçamentária apresentada em etapa competitiva, anterior à formalização do Termo de Colaboração, à aprovação do Plano de Trabalho definitivo, à composição da curadoria, à definição final da programação, à confirmação de espaços e à verificação

concreta das necessidades técnicas de cada espetáculo ou atividade. Um festival de artes cênicas depende de variáveis que somente se consolidam após a definição da grade: número de artistas, formato das obras, fichas técnicas, necessidades de montagem, demandas de acessibilidade, logística de transporte, hospedagem, alimentação, equipamentos, licenciamento e condições de circulação. A planilha, portanto, opera em nível estimativo compatível com essa etapa, e não como orçamento executivo fechado.

A proposta contemplou previsão de receitas, respeitou os valores definidos pelo edital para cada exercício, distribuiu despesas por etapas da parceria e apresentou rubricas vinculadas à execução do Festival, incluindo equipe (direção geral, coordenação financeira, coordenação de produção, coordenação de comunicação, analista de monitoramento e prestação de contas, assistente financeiro), encargos, curadoria, pesquisa, atividades formativas, registros, serviços especializados, infraestrutura e demais necessidades operacionais. Esses itens demonstram que havia estrutura mínima de execução financeira compatível com as frentes de trabalho apresentadas.

Quanto às divergências apontadas entre algumas rubricas e a descrição textual da proposta, muitas delas podem decorrer de nomenclaturas orçamentárias ou escolhas de agrupamento. Em projetos dessa natureza, uma mesma ação pode envolver dimensões de produção, comunicação, mobilização, acessibilidade, logística e gestão, o que, por vezes, leva à classificação de despesas em rubricas mais amplas. A existência de dúvida quanto à nomenclatura ou agrupamento de determinado item não deve ser interpretada como ausência de planejamento financeiro, mas como aspecto passível de esclarecimento e ajuste na fase de Plano de Trabalho.

A proposta também condicionou expressamente parte das ações à captação de recursos complementares, à viabilidade orçamentária, técnica, logística e institucional, distinguindo o núcleo essencial financiado pelo repasse das ações que poderiam ser ampliadas por meio de apoios, parcerias e captação. Essa distinção demonstra responsabilidade de gestão e atenção à exequibilidade, e não fragilidade orçamentária.

A experiência institucional do Instituto Odeon em edições anteriores do FIT BH e em projetos culturais de grande porte demonstra capacidade de ajustar o planejamento financeiro às exigências legais, administrativas e operacionais da parceria, especialmente

na fase de Plano de Trabalho. Trata-se de repertório técnico concreto que informa a viabilidade das estimativas apresentadas.

Assim, requer-se a reavaliação do critério “Planejamento financeiro”, reconhecendo que, embora houvesse pontos passíveis de melhor detalhamento, a proposta apresentou composição orçamentária, previsão de receitas e despesas, rubricas de execução e parâmetros financeiros suficientes para demonstrar viabilidade do planejamento nesta etapa do chamamento.

11. Do critério: Programação artística

Neste critério, a Comissão atribuiu nota elevada à proposta, reconhecendo a variedade das estratégias de programação, a valorização do fazer artístico e das atividades finalísticas, bem como a presença de ações de formação de público, fortalecimento da diretriz de descentralização e articulação com o setor das artes cênicas da cidade.

A reanálise solicitada neste item é pontual. A programação das 17ª e 18ª edições foi pensada em camadas integradas, contemplando camada artística, formativo-reflexiva, territorial, de memória, de convivência, de intercâmbio e de sustentabilidade da cadeia produtiva. Essa estrutura demonstra que a programação foi concebida como ecossistema de ações relacionadas entre si, e não de modo fragmentado.

Desse modo, apresentamos esclarecimentos técnicos baseados conforme consta na proposta:

1. Diferenciação Metodológica e Coerência de cachês (Rua vs. Palco): A disparidade de valores entre as atrações locais de palco (R\$13.000,00 ou R\$15.000,00) e as apresentações descentralizadas de rua (R\$5.000,00 ou R\$8.000,00) decorre exclusivamente de critérios técnico-operacionais descritos na página 19 do projeto. Os espetáculos de rua foram metodologicamente planejados para possuir baixo impacto técnico e fácil adaptação a praças e parques, sem necessidade de riders complexos, cenotécnica pesada ou locação de salas fechadas. Essa simplificação logística reduz o custo de produção direta da obra, permitindo que o valor proposto remunere o fazer artístico com dignidade e eficiência, sem inflar o orçamento público.

2. Compatibilidade Quantitativa das Atividades Formativas na 18ª Edição:

Esclarece-se que a exigência editalícia de apresentar no mínimo 4 ações formativas para a edição de 2028 foi integralmente cumprida na planilha de despesas, na página 43. A organização optou por segmentar as ações por perfis metodológicos na planilha, alocando 2 cachês na linha de 'Oficinas, workshops, cursos e residências' e 2 cachês na linha de 'Palestras, bate-papos, ciclos de conversa, seminário ou similar', totalizando rigorosamente 4 atividades. O projeto ainda expandiu o escopo pedagógico ao prever, de forma autônoma, mais 2 cachês para 'Convidados Internacionais para Programação Educativa', totalizando 6 ações formativas no ciclo.

Portanto, a proposta apresentou previsão de realização de ações formativas e reflexivas no quadro de metas correspondente, indicando fechamento da curadoria dessas ações junto aos curadores e coordenação artística, realização de atividades gratuitas voltadas à qualificação técnica em artes cênicas e ações voltadas à reflexão sobre temas relevantes para a produção contemporânea. A concepção geral do projeto demonstra que formação e reflexão não foram aspectos acessórios: desde a etapa preparatória, o Festival é compreendido como espaço de mediação, repertório, articulação institucional e pensamento crítico. Caso tenha havido dúvida quanto ao quantitativo previsto, trata-se de ponto passível de esclarecimento a partir dos elementos já constantes da proposta.

3. Percentual de Investimento nas Atividades Artísticas: Em relação à percepção de um percentual de investimento baixo para a programação, ressalta-se que a exequibilidade de um festival internacional de Palco e Rua depende indissociavelmente do custeio de sua infraestrutura técnica direta. Na planilha orçamentária, os valores voltados ao fazer artístico estendem-se para além das rubricas de cachês, englobando investimentos obrigatórios em equipamentos de som (R\$ 105.000,00), luz (R\$ 108.000,00), locação de estruturas de proteção e banheiros (R\$ 20.000,00), além de taxas de ECAD, brigadistas, ambulâncias e despachantes para liberação de alvarás. Sem o aporte concentrado nessas linhas operacionais, a execução das atividades finalísticas restaria inviabilizada.

Ressalta-se que as demandas de produção, necessidades técnicas, formatos de circulação, número de integrantes, demandas de montagem, custos de deslocamento, adaptação espacial e condições de apresentação variam significativamente entre espetáculos de palco, rua, espaço alternativo, intervenções e ações territoriais. Ademais, as ações de rua não foram pensadas apenas como cumprimento numérico de programação nas regionais:

elas cumprem função pública de mobilização, aproximação comunitária, formação de público e ampliação do pertencimento da cidade ao Festival, potencializando a programação como instrumento de acesso.

Demonstrado que a programação artística cumpre os parâmetros de atendimento territorial, quantitativo pedagógico e consistência contábil, solicita-se a revisão técnica do quesito para a concessão da pontuação integral.

Dessa forma, considerando que a Comissão reconheceu a consistência geral da programação artística, requer-se a reavaliação pontual das ressalvas apresentadas, reconhecendo que a proposta demonstrou equilíbrio entre diversidade artística, descentralização, formação, reflexão, acessibilidade, cena local, circulação nacional e dimensão internacional, em consonância com os elementos mínimos e objetivos do edital.

12. CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Diante das informações técnicas apresentadas e demonstrada a presença dos dados e planejamentos no corpo da proposta entregue, o Instituto Odeon solicita, respeitosamente, o recebimento e o acolhimento das justificativas para a revisão da pontuação aferido. Os esclarecimentos oferecidos comprovam que os apontamentos da Comissão de Seleção não configuram omissões ou falhas de planejamento, mas sim escolhas metodológicas deliberadas e diretrizes conceituais legítimas, cujo detalhamento microscópico e parametrização estão regularmente reservados para a fase subsequente de consolidação do Plano de Trabalho junto à FMC/SMC.

Ante o exposto, o Instituto Odeon requer, respeitosamente:

1. O recebimento e o conhecimento do presente recurso administrativo, visto que preenche todos os pressupostos de admissibilidade;
2. No mérito, o integral acolhimento das justificativas apresentadas para reformar o parecer preliminar nos critérios contestados, com a consequente revisão e majoração da pontuação aferida;
3. Subsidiariamente, em observância aos princípios da eficiência, do formalismo moderado e do interesse público na realização das próximas edições do Festival

Internacional de Teatro (FIT BH), que eventuais dúvidas remanescentes sobre o remanejamento ou desmembramento de rubricas orçamentárias sejam remetidas à etapa regular de Diálogo Técnico, colocando-se a organização desde já à disposição para realizar as adequações necessárias na fase de pactuação prévia à assinatura do Termo de Colaboração, em estrito cumprimento aos itens 15.2.2 e 15.3 do Edital.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 01 de julho de 2026.

INSTITUTO ODEON

Representante Legal: Carlos Antônio da Silva Gradim

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 01 Julho 2026, 15:39:12

Status: Assinado

Documento: Minuta Recurso FIT - Resultado Preliminar_202607.Pdf

Número: 5c419def-a008-43e4-b5cb-870e19bce718

Data da criação: 01 Julho 2026, 15:36:16

Hash do documento original (SHA256): f7f2cde45288ef4bb8efe55b22da2f501205142696ab89e1820eedcbee240d1e



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora CARLOS ANTONIO DA SILVA GRADIM Data e hora da assinatura: 01/07/2026 15:39:11 Token: de0de7da-4ede-419e-bdae-9b2a20b66cd7		Assinatura  carlos Antonio da Silva Gradim
Pontos de autenticação: Telefone: 5521997916619 E-mail: carlos.gradim@institutoodeon.org.br		Localização aproximada: -22.990728, -45.481272 IP: 187.90.202.91 Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 18_7 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/26.5 Mobile/15E148 Safari/604.1

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 5c419def-a008-43e4-b5cb-870e19bce718, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br